

10/03/2012 - ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO E CIENTÍFICO (CDC) DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA E TERAPIA FAMILIAR (ABRATEF) EM BELO HORIZONTE – MG

No décimo quinto dia do mês de março de 2012, às 14hs, em uma sala do Royal Center Hotel, com localização na Rua Rio Grande do Sul, 856, bairro Lourdes, em Belo Horizonte, MG, realizou-se a quarta reunião do Conselho Deliberativo e Científico da ABRATEF, gestão 2010-2012, tendo como coordenador Luiz Carlos Prado e secretária Helena Centeno Hintz.

Participaram da reunião Adriana Zanonato (AGATEF), Ângela Baiocchi (ATFAGO), Cristina Stoff Fonseca (AMITEF), Cynthia Ladvoat (ATF-RJ), Denise Zugman (APRTF), Edna Malheiros (APETEF), Flávia Zambrano (ATF-RJ), Helena Centeno Hintz (AGATEF), Ieda Dorfman (AGATEF), Joana d'Arc Cardoso dos Santos (ACOTEF), Luiz Carlos Prado (AGATEF), Maria Luiza Dias Garcia (APTF), Maria Rita Seixas (APTF), Marlene Aparecida de Paula (AMITEF), Silvia Gomes de Mattos Fontes (ATEFES), Stella Tozo (AMITEF), Suely Engelhard (ATF-RJ), Suely Teitelbaum (AGATEF), Rosane Esquenazi (ATF-RJ), Ruth Berenice Lass (APRTF), Tereza Beatriz Lima Vidinich (APRTF), Vera Pavan Risi (ATF-RJ), Verônica Cezar-Ferreira (APTF). Maria Beatriz Rios Ricci (AMITEF) participou como colaboradora. Denise Gomes (APTF) participou da reunião como associada titular.

Ausências: Fabiana Alves (APETEF) justificou sua ausência, passando procuração para Edna Malheiros, Elizabeth Polity (APTF), justificou sua ausência, passando procuração para Maria Luiza Dias Garcia, Mathilde Neder (APTF) justificou sua ausência, passando procuração para Maria Luiza Dias Garcia, Maria Eveline Cascardo Ramos (ACOTEF) e Marlene Marra (ACOTEF), ambas tiveram suas ausências justificadas por Joana d'Arc Cardoso dos Santos (ACOTEF) por motivo de doença.

Demais ausências: Denise Duque, justificou por e-mail sua ausência Elizabeth Medeiros de Almeida Martins (ARTEF-BA), Fernanda Machado (ATFAGO), Joan'Alice Amaral Hibner (ATEFES), Kátia Bastos Fonseca, (ARTEF-BA), Márcia Câmara (ATF-MS), Maria Helena Coelho (ATF-MS), Maria Joaquina Moura Pinto (ARTEF-BA), Neide Zucoli (APRTF), Roselene Pereira dos Santos (AMATEF), Yvone Innes Ricci Boaventura (AMATEF). Luiz Carlos Prado abriu a reunião às 14hs, dando as boas vindas aos colegas do CDC.

Logo após deu início aos trabalhos da reunião e solicitou aos conselheiros se, após a leitura prévia da ata da reunião do CDC em Brasília, DF, em 06 e 07 de outubro de 2011, apresentavam alguma ressalva ou contestação. Não havendo nada a acrescentar, a mesma foi aprovada.

Luiz Carlos Prado apresentou a pauta da reunião com os seguintes assuntos: apresentação das regionais, apresentação do X Congresso Brasileiro de Terapia Familiar e discussão sobre o Documento com definições sobre quem são os profissionais da Saúde Mental e profissões afins contidos no Estatuto da ABRATEF e que estarão habilitados a receber Cursos de formação em Terapia Familiar pelos Institutos credenciados. Cristina Stoff, presidente da AMITEF, deu as boas-vindas.

Rosane Esquenazi propôs um assunto para ser discutido: isenção da anuidade da Associação ao associado com mais de setenta anos. Após a apresentação dos membros do CDC, iniciou-se a apresentação das atividades desenvolvidas nas Regionais. Suely Teitelbaum apresentou as

atividades da AGATEF; Rosane Esquenazi apresentou as atividades da ATF-RJ; Tereza Beatriz Lima Vidinich apresentou a APRTEF; Maria Luiza Dias Garcia apresentou a APTF e comentou que Mathilde Neder e Rosa Macedo foram homenageadas recebendo o título de Professoras Eméritas na PUCSP. Verônica Cezar-Ferreira solicitou que o CDC da ABRATEF manifeste um voto de louvor para as colegas. Suely Engelhard propôs que isso seja levado para o Congresso. Joana d'Arc Cardoso dos Santos apresentou a ACOTEF. Ângela Baiocchi apresentou a ATFAGO.

Cristina Stoff apresentou a AMITEF. Silvia Fontes apresentou a ATEFES e Edna Malheiros apresentou a APETEF. Foi encerrada a apresentação das Regionais e deu-se início à discussão sobre o Documento elaborado em Brasília, outubro de 2011. Maria Luiza Garcia leu o Documento e Luiz Carlos Prado passou a palavra para os colegas inscritos. Suely Teitelbaum disse que agora ficou claro que a ABRATEF congrega saberes sim, abordagens multidisciplinares: diversos saberes, diversos olhares, a nível teórico e não de pessoas com diferentes formações.

Completo dizendo que congregar não significa apoiar formação diferente da que se considera importante e necessária para trabalhar como Terapeuta Familiar. Acrescentou a pergunta se o Conselho da Formação Básica do indivíduo responde por sua prática. Foi lido o item 4 do Documento de Brasília que diz: Também ficou referendado por esse CDC que a ABRATEF tem finalidade congregadora, apoiadora e legitimadora da formação de seus Associados, além de norteadora, no sentido de estabelecer parâmetros para a adequada formação dos terapeutas familiares. A partir da leitura deste item foi trazida a questão que a ABRATEF não sendo fiscalizadora como ficariam os profissionais que não têm Conselho.

Denise Gomes disse que gostaria de ler o texto enviado pela Instituição Sistemas Humanos. Citou os nomes de profissionais pioneiros vindos de diferentes profissões e acredita que a soma destes profissionais é que congregam saberes. Denise Gomes disse que acredita que o Documento se dirija aos Institutos formadores, não aos profissionais. Rosane Esquenazi disse que não é que os profissionais não possam entrar nas Instituições, o que não devem fazer é a parte clínica da formação. Denise argumentou que em sua experiência os profissionais se interessam pela terapia familiar e vão trabalhar em suas áreas de trabalho. Acrescentou que profissionais diferentes entram para os Centros Formadores e os profissionais da Sistemas Humanos acreditam na questão ética dos profissionais que formam.

A ABRATEF deve ver as diferenças nas Regionais, a ABRATEF não pode impor as especificidades de uma Regional para todas as outras. Foi argumentado que se Sistemas Humanos formar um engenheiro, a ABRATEF poderá não aceitar sua inscrição como associado titular, mas não poderá dizer que o Centro pode ser impedido de receber quem desejar. Rosane Esquenazi disse que frente a todas as questões éticas e profissionais, cada profissional terá que responder ao seu Conselho profissional que deverá cuidar disso, não a ABRATEF. Foi ponderado pelos presentes na reunião o que leva um profissional da área das exatas a ser um terapeuta. No momento que um profissional for terapeuta familiar, não atua somente com a família, mas atenderá também individualmente. Surgiu a questão se o profissional teve formação para isso. Foi argumentado que acreditar na ética dos profissionais é temerário, pois o Conselho de cada profissão é que deve cuidar disso.

A pessoa que procura atendimento acha sempre que o Terapeuta Familiar é um psicólogo, não sabe que é um engenheiro, por isso devemos cuidar disso. Os profissionais, que não têm a graduação, podem entrar na ABRATEF como associados colaboradores. Os Institutos formadores devem deixar esta questão clara aos alunos que não devem ser enganados que poderão ser associados titulares na ABRATEF. Este é um ponto fundamental. Suely disse que a ABRATEF estava sendo questionada para dar sustento ou apoio ao trabalho dos profissionais e Rosane Esquenazi comentou que a ABRATEF não tem como dar este apoio ao trabalho do profissional, que os Conselhos é que devem ficar com este cuidado. Sugeriu que nos cadernos de endereços dos Terapeutas Familiares deva ser colocada qual sua formação, não somente a especialização.

Sendo a terapia familiar uma diversidade de saberes, é preciso esclarecer estas questões ao aluno antes de ele ingressar no Curso e Formação. Cynthia Ladvoat explicitou que a Terapia Familiar é uma especialização, sua profissão é o curso de graduação. Rosane chamou a atenção para uma questão importante vinculada ao Ato Médico, isto é, que os profissionais também podem dar diagnósticos, o que somente o profissional da saúde pode fazer. Ângela Baiocchi disse que Maturana, Watzlawick, Bateson não foram terapeutas de famílias. Foram pesquisadores e cientistas maravilhosos que deram o respaldo teórico à terapia familiar. Ela continuou dizendo que ao se organizar uma Instituição não estamos excluindo e não vê nenhuma exclusão no documento, não conseguindo perceber onde está o problema.

Pareceu-lhe que alguns colegas ficaram muito magoados e não foi este o espírito que norteou os colegas na reunião em Brasília e que estava parecendo haver algo que está camuflado, não dito. Ela acredita que no Brasil a Terapia Familiar não ficou tão institucional como em outros países, aqui se voltou mais para a parte clínica privada e que o enfraquecimento das instituições formadoras está ligado à questão financeira, isto é, na manutenção das instituições, pois os cursos de pós-graduação na área clínica estão vazios ou fechando. Continua dizendo que os CRAS e CREAS fazem atendimentos fantásticos e estes técnicos não podem pagar nossos cursos caros, havendo uma realidade bem mais complexa do que aparece aqui. Ângela disse que sente nas palavras que há uma mágoa quando falam em exclusão, mas que estamos em um mundo complexo e esta é a realidade. Denise Zugman disse que saiu desconfortável, muito ambivalente na reunião de Brasília.

Disse que havia algo que não encaixava e falando como presidente da ABRATEF, isso a incomodou. Como pessoa e como assistente social ficou intranquila e se sentiu excluída. Disse que fizemos o processo em movimento inverso: primeiro decidimos e depois avisamos os institutos. Hoje falamos epistemologias diferentes, alguns aceitam outros não aceitam diagnóstico. Não dimensionamos quem trabalha com diagnóstico, havendo um desconforto com quem não trabalha com diagnóstico. Disse que isso pegou muito mais do que as pessoas que podem ou não fazer terapia familiar. Pareceu que as 100 horas instituídas é que preparam o profissional. Acrescentou que começando pelo nome de nossa associação – ABRATEF - há formações que trabalham com redes e que não ficam contempladas, pois não fazem terapia familiar.

Perguntou-se como é que poderemos fazer para não magoar estas pessoas. Disse que não estamos mais congregando quando não há mais tantas inscrições para o Congresso e, também, não há nenhuma Regional inscrita para ser a futura sede da ABRATEF. Como está no Estatuto que profissionais da área da saúde e áreas afins, o Instituto pode receber quem ele quiser e a ABRATEF associa se quiser. Disse que temos que repensar o que decidimos em Brasília. Cynthia Ladvoat disse que naquele momento nos apressamos em decidir. Maria Rita Seixas volta um pouco atrás para ver como começou tudo isso. Disse que desde a sua entrada na Comissão, havia duas posturas: uma é abrir demais e a outra é de fechar. Isto atrapalhou muito, porque cada vez que se quis resolver, sempre se interrompeu, ficando trancada qualquer resolução sobre quem pode ser terapeuta de família. A Comissão de Formação fez uma pesquisa e disse que muitos não responderam. Solicitou que colocassem na Jornada da APTF em São Paulo e não conseguiu.

Disse que não temos que aceitar todos para não excluir ninguém. Esta postura de não ter normas não é unânime, mas nunca se fez nada. Os questionários que foram respondidos tiveram, quase em unanimidade, um pedido de que o CDC pudesse se posicionar sobre quem poderia vir a ser terapeuta de família. Foi definido que a Comissão de Formação faria a pesquisa e com base nas respostas, esta questão seria decidida. Houve omissão dos profissionais para pensarem junto sobre esta questão e isso foi muito convocado e solicitado. O importante seria nós não cairmos num extremo nem no outro. O CDC tem como função normatizar. Desde o início sempre tivemos normas básicas e o CDC cumpriu sua função. O Estatuto da ABRATEF está claro: profissionais da saúde e afins e isso o CDC fez, as profissões propostas são da saúde e afins.

Denise Zugman disse que foi hoje que se deu conta da exclusão dos assistentes sociais frente aos psicólogos quanto à necessidade de fazer as 100 horas de curso que foi proposto. Maria Rita Seixas deu exemplo de seu curso onde todos fazem 100 horas e é necessário entender que não há diminuição porque tem que fazer 100 horas. Denise Zugman trouxe o questionamento de como se lida com as diversidades de teorias, pois há pessoas que não trabalham com conceitos de doença. Maria Rita disse não ser necessário incluir todos os saberes na Terapia de Família. É possível incluir várias profissões na equipe de trabalho, mas não incluir profissões como de engenheiro. Seguiu falando que podemos mudar a questão das 100 horas, mas não podemos correr o risco de não definir nada. Maria Luiza Garcia disse que entende quando Denise diz que as pessoas precisam ser escutadas, mas afirmou que sempre se teve muito respeito sobre as decisões tomadas.

Continuou falando que Maria Rita não trabalhou sozinha, mas sim em Comissão, sendo a condução do processo em cima do que foi levantado nos questionários. Acrescentou que gostou da proposta de mudar o nome da ABRATEF incluindo, de alguma forma, as práticas familiares. É de opinião que se quisermos ser diferentes, temos que mudar o Estatuto da ABRATEF. Maria Luiza explicou o que houve na Jornada sobre a distribuição do questionário. Quando Maria Rita quis passar para a equipe, foi dito que no espaço da Jornada haveria outras pessoas que não somente associados e que ficaria difícil direcionar o questionário apenas aos associados. Após, entregaram os questionários aos colegas associados conhecidos. O Encontro de Formadores realizado para discutir o Documento sobre as profissões que poderiam fazer Terapia de Família teve um encaminhamento bastante difícil, com poucas pessoas presentes e estes estavam muito revoltados com o Documento.

Denise Gomes disse que gostaria que pensássemos de forma igual, mas na verdade pensamos de maneiras diferentes e ela gostaria de ouvir sobre as diferenças. Ieda Dorfman disse que poderíamos ter um Estatuto para a parte clínica e outro Estatuto que privilegiasse esta outra parte que dizem estar sendo excluída. Verônica disse que não esteve presente em Brasília e vendo o que foi escrito, pensou que teríamos discussões bastante importantes nesta reunião. Ela disse que precisamos definir qual é o fim comum que nos agrupa no momento. As coisas têm que ser juridicamente estruturadas e teremos que mudar o Estatuto, pois a mudança de nome da Associação fará com que repensemos.

Foi difícil criar este Estatuto no início da Associação, mas hoje se sabe melhor o que a Associação pode se apropriar. É preocupante a questão da fiscalização, por exemplo: como o CREA poderá ponderar sobre a atuação de um engenheiro que errou com a família? Ao se falar que a ABRATEF aceita quem ela quiser, teremos que ver se ela pode recusar alguém formado por um dos institutos reconhecidos, procurar no Estatuto o que ele permite fazer. Disse que o ideal é criar a profissão de Terapeuta de Família, cabendo a nós pensarmos sobre esta questão. Denise Zugman disse que não é contra a normatização, não há como não se pensar sobre quem pode ou não fazer o curso de Terapia Familiar. O que ficou pior foi o curso das 100 horas, pois pensa que temos que respeitar as diversidades.

Denise Gomes afirmou que foi o texto, as palavras que pegaram mal. Ieda Dorfman disse que acredita que nunca iremos chegar a um consenso e que quando o documento refere-se a psiquiatras e psicólogos é direcionado para a parte clínica. Denise Gomes pergunta por que colocar psiquiatras se é uma minoria e Rosane Esquinazi respondeu que foi, inclusive, pela questão do que o Conselho permite. Luiz Carlos Prado falou que é psiquiatra e tradicionalmente é um formador e se tem como uma pessoa bastante aberta.

Disse que o curso dele forma profissionais da educação e outras profissões. Sente que os profissionais vindos da área da educação deram-se muito bem, inclusive na área clínica. Ler sobre o que foi escrito foi bastante forte, Falamos sobre profissionais de 1954, mas hoje o mundo está diferente, sendo que nos USA há muitos processos contra médicos e terapeutas. Relatou que aconteceu algo difícil com uma aluna sua da área da educação e foi bastante difícil poder ajudar na ocasião.

Visando ainda estes profissionais que não têm Conselho que os cuide e apoie, foi que o documento foi elaborado. O próprio Conselho das assistentes sociais foi contra o fato das assistentes sociais realizarem terapia familiar, além de Denise Zugman dizer que os Cursos de Serviço Social atualmente estão voltados para a área social. Disse que foi no intuito de proteger mais estes profissionais que pensamos no curso de 100 horas. Em Porto Alegre a receptividade do Documento foi tranquila, porque entenderam que o que fizemos foi uma recomendação no sentido de dar proteção.

Alguns candidatos foram excluídos após o entendimento que sua formação básica não seria adequada. Cuidamos também de pensar sobre as exceções. Nossa intenção foi de cuidar, mas nossa caminhada vem mudando muitos conceitos como a ideia de duplo-vínculo que poderia causar esquizofrenia. Quando se formou psiquiatra, desconsiderava a medicação, hoje é diferente, pois não pode negar a importância dos remédios. Erramos em alguns pontos, mas poderemos pensar sobre isso e encerrou dizendo que foi bom escutar a opinião de profissionais tão importantes. Propõe que retomemos no dia seguinte a discussão de forma bem objetiva. Ângela Baiocchi perguntou se podemos mudar o nome da ABRATEF e foi respondido que somente na Assembleia Geral.

A reunião do CDC foi retomada no décimo sétimo dia de março de 2012. Maria Rita Seixas lembrou que na pesquisa todos solicitaram que fosse definido quem poderia ser Terapeuta de Família. Sugeriu que poderíamos tirar a obrigatoriedade do curso de 100 horas, mas manter as categorias dos profissionais já estabelecidas. Maria Luiza Garcia disse que poderíamos reformular a questão das assistentes sociais, por influência de Denise Zugman e ampliar um pouco mais. Suely Engelhard comentou que se poderia tirar a recomendação das 100 horas e sugeriu que fosse contemplado outros temas importantes. Maria Beatriz Ricci disse que ouviu que o Documento foi elaborado de forma um pouco precipitada e se perguntou se este seria o momento de mexer nele. Ele permitiu que fosse gerado novos questionamentos, mas a pergunta foi se está decidido que as normas sejam mantidas, trocando-se apenas o item sobre o curso de 100 horas.

Propôs que houvesse uma mudança no texto, pensando mais sobre o impacto que ele causou, que o documento ficasse suspenso, discutindo-se mais entre as Regionais e depois viesse a ser discutido novamente. Disse ser uma associada e tem que se sentir representada na reunião pelo CDC. Rosane Esquenazi disse que o documento foi discutido. Suely Engelhard perguntou se daremos mais meio ano. Maria Luiza Garcia disse que os cursos estão iniciando e estão esperando pelo que decidiremos aqui. Vera Risi disse que o que está criando polêmica são as 100 horas e a pesquisa pergunta sobre profissionais afins.

Com o documento, o Instituto poderá fazer uma avaliação. Denise Zugman disse que ficou preocupada como Maria Rita, que não se pode parar tudo. A questão maior é sobre os Institutos. Pensou que poderia reunir os Institutos e o CDC para uma reunião durante o Congresso. Disse que Denise Gomes representou uma parte de São Paulo e perguntou se juntando tudo não seria uma forma de integrar. Ruth Lass complementou dizendo que antes dessa reunião, as Regionais devem se reunir com os Institutos para discutir. Cynthia Ladvoct trouxe a ideia que estamos terminando a gestão e novo CDC será formado. Alguns membros ficarão, mas outros não. Precisamos pensar que a Comissão de Formação pode deliberar ou mudar o que foi decidido.

Todas as Regionais tiveram acesso à pesquisa, mas o Documento é que teve impacto. Esta está sendo nossa última reunião. Nós votamos e o que poderemos fazer é reescrever o Documento. Outra questão é pensar sobre a mudança de nome da ABRATEF, Isto significaria fechar a ABRATEF. O que teríamos que fazer é acrescentar um nome fantasia. A questão sobre as categorias profissionais está correta. Sobre dizer que o CDC decide sobre o que os Institutos formadores irão fazer é difícil. Podemos escrever que está tudo claro e que o documento é norteador, Isso é dar uma sugestão. Os Institutos formadores poderão pensar sobre qual é o seu perfil. O Instituto poderá ver se adaptar-se-á ao Documento. O que estudar será o Instituto formador que irá decidir.

A conclusão foi que estamos revendo o Documento, fazendo uma nova reescrita. Maria Rita apontou que cada um tem uma ética com seu cliente ou paciente e que deveremos ter muitos comportamentos específicos, com ética específica. Devemos ter critérios para com o paciente que, independente da área que esteja, tenhamos comportamentos específicos de ética. Denise Gomes disse que veio a esta reunião para solicitar que o processo seja diferente. Como será um Documento norteador, lembrou que ontem falamos sobre a crise na Terapia Familiar, sobre o enfraquecimento da mesma, sobre Regionais com dificuldades de se manterem, e acrescentou que os associados de São Paulo querem participar mais ativamente.

Maria Beatriz Ricci voltou a perguntar se o Documento será norteador e se a Regional basear-se-á nele para avaliar a pessoa que estará se inscrevendo e decidir se o associado será titular ou colaborador. Luiz Carlos Prado disse que houve um esquecimento coletivo. Continuou falando que no final da reunião discutimos o que é ser Terapeuta de Família e no final do Encontro ficou para pensar sobre o que é Terapia Familiar, sobressaindo mais a parte clínica. Ficou faltando pensar o que são as práticas com famílias, que Instituições trabalham com elas. Muitas pessoas fazem coisas em uma área diferente da clínica. Há Institutos que formam para trabalhos diferentes na Comunidade. Afirmou que ao tentarmos definir algo, sempre deixamos de fora uma parte das pessoas. O que causou mal-estar foi a questão das 100 horas que alguns grupos não aceitaram.

Aqueles que ficaram fora se ressentiram. Já discutimos este assunto, mas quando se vai decidir sobre quem pode fazer Terapia Familiar, falamos sobre Terapia Familiar Clínica e, desta forma, estamos definindo coisas específicas e mexemos com algumas pessoas. Isto entra até nas questões financeiras, onde se completa uma turma para um Curso, colocando-se alguém de outra área. A constatação disso não significa desdizer o Documento, mas interesses concretos foram levantados. Prado confirmou que o Documento deve ser mantido, talvez sem as 100 horas. Disse que poderemos especificar melhor algumas coisas e mandarmos de volta às Regionais e depois será votado na Assembleia Geral durante o Congresso.

A Assembleia não é momento de discussão, de emitir pensamentos. A Assembleia deve ser objetiva para fazer a votação. Ruth Lass disse que primeiro o Documento irá para as Regionais que passará para as Instituições. Em seguida, das Instituições volta para a Regional levará para o CDC. A seguir o Documento será votado na Assembleia. Denise Gomes sugeriu que se instale um fórum para se discutir questões da Terapia Familiar. Disse que na Sistemas Humanos cada vez menos pessoas vêm com interesse em cursos longos. Sabe-se que a formação é questão de maturação. Dois anos para um curso extensivo e depois mais um ano de complementação. Maria Rita disse que a ABRATEF legitima a formação e ela foi importante para os assistentes sociais.

Ela afirmou que nos sentiremos desconsiderados se o documento não valer nada. Continuou dizendo que deveríamos ter um curso para psicoterapeutas e outro para não-terapeutas. Será necessário que se tenha regras para ambos os cursos. Se uma Associação deverá legitimar, ela deverá ter normas. Ieda Dorfman sugeriu que deveria ter diferentes tipos de Estatutos para diferentes propostas, por exemplo: Estatuto para terapeutas, outro Estatuto para diferentes práticas. Assim, os Institutos poderão escolher o que desejam formar. Haveria uma normatização para grupos diferentes. Assim poderia ser formalizado que nosso trabalho é sério e a partir dele normatizar formas diferentes de atuações profissionais.

Cynthia Ladvoat disse que é importante pensarmos no impacto que o Documento teve no Brasil. Devemos pensar no encaminhamento desta discussão: manter o Documento igual ou reformular o conteúdo e, se reformular, estamos pensando em encaminhar para além da Terapia Familiar? Ou suspendemos tudo e voltamos ao início e, se for isso, sabemos como será. Afirmou que pessoalmente não concorda com isso. Referiu que deseja manter o documento, rever o texto e votar. Stella Tozo disse que não foi à reunião em Brasília e quando Cristina Stoff contou sobre a reunião, achou que foi um trabalho muito difícil.

Parabenizou o CDC, ainda que haja discussões. Tomamos este caminho e não dá para voltar atrás. Disse que em Belo Horizonte há especializações não clínicas e a AMITEF acolheu estes profissionais e agora acolhe de outro curso clínico. Disse que a AMITEF tem tentado adaptar-se. Afirmou que a discussão não pode ser perdida, mas ser revisada. Suely Teitelbaum concordou com Cynthia e disse ser esta a posição da AGATEF. Suely Teitelbaum perguntou para Denise Gomes a quem ela estava representando. Denise respondeu que representa um Instituto de São Paulo. Edna Malheiros pediu para refletirmos na necessidade de fortalecer as Regionais quanto aos associados e à ABRATEF.

Disse que em Recife está muito difícil, mas há um grupo que está sempre presente, mas acha que quanto mais se fizer separações, teremos menos associados. Há um curso que foi aprovado na Universidade e não foi possível mudar nada para seguir o Documento de Brasília. Tinham cento e vinte profissionais para que fossem selecionados quarenta profissionais. Qualquer pessoa poderia se inscrever desde que graduados. Tem um engenheiro que é presidente do Amor Exigente e faz um trabalho belíssimo com famílias. Disse que lá fazem terapia relacional sistêmica. Uma presidente anterior da APETEF fez um curso de Psicoterapia Familiar, é difícil trabalhar em um grupo diferente e apelou que seja visto o quanto mais abrangente possamos ser.

Em Recife todos responderam à pesquisa. Foi muito discutido e querem acertar. Ter um documento é importante, mas propõe que o Documento seja revisto para ser o mais abrangente possível. Ruth disse que sem desprezar todo o trabalho realizado, ainda sentiu que há vozes dissonantes e como proposta pediu que se discutisse nas Regionais com os Institutos formadores, para depois ser votado no Congresso e que não saíamos da reunião com um peso. Suely Engelhard lembrou que a questão de selecionar pessoas para os cursos será somente para 2013.

Maria Luiza Garcia colocou uma proposta: primeiro votar se tiramos as 100 horas do Documento. Ela entendeu que tem que prevalecer o Estatuto até a Assembleia no Congresso. Tirando estas 100 horas, estaremos em consonância com o Estatuto. Disse que acha que isto integra todas as posições. Denise Gomes disse que é importante esta reflexão e tudo o que o CDC fez. Concordou com o que Ruth Lass falou e propôs que as Regionais discutam com todos os Institutos que queiram participar. Disse que o espírito do Documento é que foi questionado, a letra dele.

Alguma mudança apenas não será suficiente para que ela se sinta contemplada. Maria Beatriz Ricci disse que também participou do movimento familiar desde os seus primórdios e nunca este tema deixou de ser discutido. Este Documento está pautado sobre a caminhada da Terapia Familiar no Brasil, Lembrou que em Curitiba, no Encontro de Formadores, viu-se que o Encontro não poderia resolver nada e sim o CDC. Mais uma vez chegou-se a esta ideia através desta discussão. Disse que a Comissão de Formação levou adiante a discussão sobre este tema e isso é fundamental. Parece que este Documento é mais um veículo de separação do que de integração. Talvez possamos transformar este veículo em um processo de integração. Disse que quando propôs a suspensão do Documento, seria por um tempo determinado e com uma proposta determinada para que pudesse haver o seguimento de uma discussão.

O CDC pode chamar mais pessoas, transformando este Documento em um veículo agregador. Maria Rita disse que o exaustivo trabalho referiu-se a todos os do CDC. Ela não entendeu bem sobre a questão de manter ou não o Documento, parecendo ser um duplo-vínculo. Ela propôs manter o Documento e tirar as 100 horas. Se não mantivermos o Documento, o que iremos discutir sobre ele? Maria Rita aceitou que a seleção para os cursos fique para 2013, mas reforçou que teremos que decidir se manteremos o Documento ou não. Denise Zugman disse que o fato de fazermos novo texto e levarmos para a Assembleia é importante. A forma como se levar é que é importante. Pensou como Cynthia Ladvocat, temos que rever, reescrever e ver sua votação na Assembleia.

Denise Gomes reafirma que o Documento seja a base para discussão nas Regionais, o espírito do Documento é que foi questionado, desta forma uma reformulação ou outra não adiantará, pois o que foi questionado foi o teor da letra. Passou-se à votação da retirada do curso de 100 horas do Documento e houve apenas uma abstenção, sendo que os demais membros do CDC aceitaram retirar o curso de 100 horas. Foi colocada a proposta de Cynthia Ladvocat: reformular neste CDC o Documento e ele ou fica valendo ou se suspende o Documento para mais discussões.

Prado disse que o Documento tem três categorias. Ele releu o Documento e foi visto que talvez as profissões tivessem que serem definidas naquele momento. Maria Rita perguntou se seria tudo suspenso e discutido depois ou se o Documento seria mantido com reformulações. Cynthia disse que estava em dúvida quem seria afim ou não. Prado disse que o Documento sugere três grupos de profissionais, no primeiro estão os grupos aceitos de profissionais, o outro grupo seria como de exceções. Maria Rita disse para se reformular item por item e votar se aceitamos. Prado disse acreditar que votaríamos muito rápido novamente. Prado propôs que se vote sobre suspender ou reformular.

Foi votado que o Documento fosse reformulado. Prado propôs que alguns membros se sentassem e reformulassem o texto, o que foi aceito. Neste momento passou-se a apresentação do Congresso para depois revermos o Documento. Ruth Lass disse que está faltando quatro meses para o Congresso, mas não estão cômodas. Até na terça-feira anterior havia quarenta e sete trabalhos incluídos, mas no dia anterior fecharam em duzentos e dezessete trabalhos inscritos. Até aquele momento havia quatrocentos e cinco inscritos. Já havia cento e quarenta e três pessoas inscritas nos pré-cursos, Ruth disse que os inscritos podem mudar o curso até data próxima do Congresso. Foi instituída uma promoção aos alunos em formação que não são associados à APRTF.

Eles podem pagar setenta reais e terão uma anuidade com adesão até 2013. Todos os dias na hora do coffee-break à tarde haverá lançamento de livros. Foi aceita a prorrogação da inscrição de trabalhos para trinta de março. Foram apontadas dificuldades de preenchimento de inscrições de trabalhos no site e Ruth disse que iria ver isso. Tendo terminado a apresentação do Congresso, passou-se à decisão se a Revista ABRATEF teria sua publicação impressa, o que foi confirmado. Passou-se a Comissão de Reescrita do Documento e Rosane Esquinazi leu a reformulação do Documento. Após a leitura, Prado abriu para comentários. Foram trazidos vários comentários e sugestões sobre que profissões seriam aceitas para fazer Terapia Familiar. Viu-se que está desatualizado o Regimento Interno da ABRATEF. Fazem parte deste Regimento os Regimentos de cada Comissão do CDC.

Foi realizada a votação se o Documento ficaria como ele foi reformulado ou não. A votação deliberou que o Documento seria considerado sem a frase sobre a supervisão, com quatorze votos a favor e dez votos contra. Estes dez membros querem que o Documento vá para a Assembleia para ser discutido lá. Prado disse que ficou desconfortável com o número da votação, achando a diferença muito pouca.

Referiu que foi dito nesta reunião que teríamos um Documento que seria a base para novas discussões na Assembleia Geral. Maria Rita disse que esta não era a posição desde o início da reunião, havendo uma discordância quanto a isso. Maria Luiza Garcia disse que há vários Institutos que querem rever o Documento. Ela proporá marcar o VI Encontro de Formadores de São Paulo para discutir o Documento e gostaria de manter este Documento até a Assembleia e lá discutir. Disse que se fecharmos isso, perderemos muitas pessoas boas para discussão posterior. Adriana Zanonato sugeriu que o Documento seja enviado a todos os Institutos formadores e na próxima Assembleia vote-se nisso.

Maria Rita deixou claro que não concordava com isso. Prado disse que lutou pelo Documento, mas ao mesmo tempo identificou-se com o movimento que há no Brasil. Se batermos o martelo com a votação de quatorze a dez, ficará uma posição bastante difícil para o CDC. Como São Paulo

se candidatará para ficar com o próximo Congresso, segundo o que Maria Luiza informou, irá ficar muito difícil se São Paulo ficar desunido. Prado apontou que ainda há discordância sobre este Documento e teremos que considerar isso. Suely Engelhard perguntou se este processo é o caminho correto. Prado respondeu que não é obrigatório, mas isso tangencia uma questão estatutária.

É de boa prática que o Documento vá até a Assembleia para ser discutido. É mais uma questão de política institucional. Rosane Esquenazi disse que este Documento será mais discutido, o que permitirá uma posição mais clara. Disse também que este trabalho não está invalidado, pelo contrário, está mais amadurecido, os Institutos poderão discutir melhor e não estaremos provocando uma rachadura. Prado perguntou quantos concordavam que ficasse desta forma: que o Documento seja levado para os Institutos e depois seja levado para a Assembleia.

A votação foi de vinte e um membros a favor. Foi colocada outra proposta: o texto aprovado no CDC será encaminhado às Regionais que discutirão com as Instituições, ficando para discussão final na próxima reunião do CDC durante o Congresso. Nesta ocasião será votado se o Documento será discutido em Assembleia. Esta proposta teve votação unânime a favor.

Nada mais havendo a tratar, eu, Helena Centeno Hintz, secretária do CDC, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelo coordenador do CDC, Luiz Carlos Prado.

Luiz Carlos Prado
Coordenador do CDC

Helena Centeno Hintz
Secretária do CDC